



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE

CURSO DE PSICOLOGIA

MARINA SANTOS LEMOS

**O USO DA MODELAÇÃO NA TERAPIA
COMPORTAMENTAL INFANTIL EM GRUPO.**

SÃO PAULO

2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE

CURSO DE PSICOLOGIA

MARINA SANTOS LEMOS

**O USO DA MODELAÇÃO NA TERAPIA
COMPORTAMENTAL INFANTIL EM GRUPO.**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Psicologia, sob orientação da Prof^a Dr^a Denize Rosana Rubano.

SÃO PAULO

2009

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, aos meus pais e meu irmão, que sempre estiveram ao meu lado apoiando todas as minhas decisões e comemorando comigo cada conquista.

Agradeço aos meus demais familiares, em especial à minha avó Hilda, que é um modelo para mim, e ao meu avô João, que mesmo não estando mais entre nós sempre será lembrado por mim com muito carinho.

Agradeço aos meus amigos, que sempre serviram de alicerce nas horas de desespero. Em especial à "Paxão".

Agradeço a todos os meus professores, que favoreceram em muito a minha formação. Em especial aos professores de análise do comportamento, que com tamanha dedicação me apresentaram esta abordagem tão rica.

Agradeço muito à Denize, "que é, muito possivelmente, a pessoa menos coercitiva do mundo".

Marina Santos Lemos - O uso da modelação na terapia comportamental infantil em grupo, 2009.

Orientadora: Prof^a Dr^a Denize Rosana Rubano.

RESUMO

O estudo teve como proposta discutir o valor terapêutico da modelação na terapia em grupo com crianças. Para tanto, apoiou-se em autores como Caballo (1996), Oaklander (1980), Derdyk e Sztemfater (2008) e Kerbauy (2008), que argumentam que trabalhar terapeuticamente em grupos é uma maneira de simular um ambiente mais semelhante ao ambiente natural, facilitando a aquisição de comportamentos exigidos em momentos de interação social e uma possível generalização do que foi aprendido com o grupo. Generalização que possivelmente ocorrerá por ser o trabalho em grupo um modelo de interação social, como afirmou Delitti (2008). Foram estudados também autores como Bandura, Ross e Ross (1961) e Ozella (1979) que demonstraram experimentalmente a importância do modelo na formação de crianças. Conclui-se que a terapia comportamental em grupo com crianças poderá ser um ótimo instrumento para a manipulação de variáveis que favoreçam o aprendizado de comportamentos sociais adequados. O ensino de respostas adequadas às crianças que participem de um grupo sem dúvida poderá dar-se por meio de modelação, evitando com uso deste procedimento que a criança precise passar por todas as contingências que instalaram as respostas desejadas no repertório de um adulto.

Palavras-chave: terapia em grupo; terapia infantil; modelação.

Índice

Introdução.....	7
Trabalhando com Grupos.....	12
Por que trabalhar com grupos?.....	12
Como formar um grupo terapêutico?.....	15
O trabalho terapêutico em grupo com crianças.....	16
Modelação e Processos Vicários.....	19
Modelação e sua Relação com o Trabalho Terapêutico em Grupos.....	26
Referências:.....	33

Introdução

Um dos grandes desafios de um psicólogo é trabalhar com grupos, pois estes possuem características peculiares. Tais características estão relacionadas ao fato de os participantes de um grupo estarem mais proximamente expostos às contingências do ambiente natural, o que pode tornar mais complexa a manipulação das variáveis que operam em um grupo, do que as variáveis do setting terapêutico de relação um a um.

Skinner (2003) ao definir ambiente social diz da extensão do comportamento social. Afinal, quando dependemos da mediação de outras pessoas para obtermos reforço é mais difícil prever qual será o reforço para uma determinada resposta.

O comportamento reforçado através da mediação de outras pessoas diferirá de muitas maneiras do comportamento reforçado pelo ambiente mecânico. O reforço social varia de momento para momento dependendo da condição do agente reforçador. Dessa forma, respostas diferentes podem conseguir o mesmo efeito, e uma resposta pode conseguir diferentes efeitos, dependendo da ocasião. Como resultado, o comportamento social é mais extenso que o comportamento comparável em ambiente não-social. Também é mais flexível, no sentido de que o organismo pode mudar mais prontamente de uma resposta para outra quando o comportamento não for eficaz. (p.327)

Considerando as dificuldades de se manipular o ambiente social, muitos analistas do comportamento defendem como possível alternativa treinar previamente o indivíduo. Com isto teríamos uma maior garantia de que quando exposta às contingências do ambiente social a pessoa teria mais condições de emitir respostas assertivas. Skinner (2004), em seu romance Walden II, propõe como alternativa viável para uma melhor vida em comunidade a utilização e aprimoramento da engenharia do comportamento. A engenharia do comportamento, proposta pelo autor, permite concluir que há uma preocupação com os fatores psicológicos oriundos do convívio social, mas, também, que é preciso sermos pedagogos

dos nossos próprios comportamentos e dos comportamentos dos grupos a que pertencemos.

Nós sacudimos o mundo de outras maneiras, – disse Frazier, sem sorrir. Mas a façanha não vem ao caso. O ponto principal é que nós estimulamos nossa gente a olhar cada hábito e costume tendo em vista um possível aperfeiçoamento. Uma atitude constantemente experimental com relação a tudo – é disso que precisamos. (p.31)

A terapia em grupo, portanto, aproxima o indivíduo das contingências presentes no seu ambiente natural e possibilitaria o aprendizado de determinados comportamentos. Segundo a definição de Caballo (1996), as vantagens de uma terapia em grupo seriam:

A terapia de grupo proporciona oportunidades para as interações dos pacientes e para administrar feedbacks de suas interações. O formato grupal proporciona oportunidades para examinar os sistemas de crenças e os comportamentos dos pacientes, especialmente os comportamentos interpessoais. Uma terapia de grupo é um lugar ideal para aprender a se relacionar e a interagir com as pessoas de formas diferentes; é um contexto seguro no qual se pode praticar novos comportamentos. (p.722)

Quando trabalhamos como terapeutas, de grupos ou não, precisamos ter consciência do que escreveu Delitti (2008): “O comportamento, qualquer que seja ele, tem uma função e é através da análise das contingências de aquisição e/ou de controle dos mesmos comportamentos que se quer poder chegar a mudanças” (p.33). Portanto, é essencial que façamos sempre uma análise funcional das contingências presentes no grupo. O trabalho do terapeuta de analisar funcionalmente os comportamentos emitidos no contexto de terapia em grupo deverá propiciar condições que aumentem a probabilidade de que o indivíduo identifique as contingências do ambiente social que o controlam.

É importante diferenciar, entretanto, o trabalho em grupos com adultos e com crianças. Este último tipo específico de grupo é pouco abordado pela literatura. Haber e Carmo (2007) afirmam que:

Em relação ao contexto clínico, considera-se que seria enriquecedor a realização de pesquisas sobre a peculiaridade do trabalho com grupos de crianças, haja vista a escassez de literatura analítico-comportamental a este respeito. (p.59)

No trabalho em grupo com adultos, temos um terapeuta que está, assim como os clientes, envolvido pelas contingências presentes naquele grupo. Neste grupo o terapeuta é um intermediador das relações, ou seja, aquele que direcionará o aprendizado por parte do grupo de habilidades sociais mais efetivas e possibilitará a exposição dos indivíduos no grupo sem que esquivem ou agridam uns aos outros. No grupo com crianças, contudo, fora o papel de intermediador das relações, o terapeuta precisa planejar condições e utilizar instrumentos e materiais variados. Afinal, crianças possuem uma história de reforçamento de relatos verbais, por vezes, menos aprimorada que a de um adulto, precisando, assim, de alternativas dispostas pelo terapeuta para que a sessão não dependa somente do relato verbal. E, além disso, a criança está, muitas vezes, imersa em um universo de fantasias, o que, também, proporciona à sessão relatos verbais muito destoantes dos relatos verbais de adultos. Embora, não se queira aqui defender que não seja possível e/ou preciso, em alguns casos, se fazer uso de materiais diversos e dinamismo do terapeuta em uma sessão com adultos, o que se pretende é apontar que o trabalho com crianças tem peculiaridades. Outra característica marcante do trabalho com crianças é o fato de elas precisarem em muitos momentos de modelo. E é esta última característica que será explorada pelo presente estudo, a fim de investigar quais os valores terapêuticos da modelação, como também, seus valores pedagógicos. Afinal, como argumenta Delitti (2008); “Uma característica da abordagem comportamental que aumenta sua eficácia e que fica evidente no trabalho com grupos é o seu aspecto pedagógico ou instrucional” (p.35).

Oaklander (1980) ao descrever seu trabalho de grupo com crianças, argumenta que:

O processo de grupo é o aspecto mais valioso de trabalho grupal com crianças. A forma como elas se experienciam mutuamente, e como reagem e se relacionam umas com as outras na terapia de grupo, é algo que revela abertamente as suas relações interpessoais de modo geral. (p. 318)

Precisamos reconhecer que, assim como a história do reforçamento do comportamento verbal da criança difere da de um adulto, o mesmo ocorre com outras classes de comportamentos. A criança tem muito mais a aprender do que um adulto, e o que ela aprenderá depende dos controles já estabelecidos pelo grupo no qual está sendo inserida, ou seja, os grupos já possuem regras e um "leque" de reforçadores que manterão seu funcionamento.

Pensando na inserção de uma criança em um grupo social e no fato de que este já possui padrões estabelecidos, quais seriam as maneiras mais adequadas de ensinar e acompanhar clinicamente a criança? Importante na sua formação, a competência social constitui-se alvo do trabalho com a criança. Segundo Del Prette e Del Prette (2006).

A competência social é a capacidade de articular pensamentos, sentimentos e ações em função de objetivos pessoais e de demandas da situação e da cultura, gerando conseqüências positivas para o indivíduo e para a sua relação com as demais pessoas. (p. 33)

Pela conceituação do que é competência social, uma criança deverá, portanto, ser capaz de avaliar seus objetivos e procurar maneiras mais adaptativas de obtê-los, sem deixar de considerar os objetivos do grupo em que está inserida. E analisando o trabalho com crianças em grupos, terapêuticos ou não, qual seria o valor educativo da modelação? E, ainda, quais técnicas deveriam ser utilizadas em conjunto com a modelação, para que não se formem indivíduos meramente repetidores de padrões já estabelecidos.

Na clínica, e aqui pensando em terapia analítico-comportamental em grupos, não devemos somente nos comprometer com as questões imediatas que dificultam o convívio social de uma criança. Afinal, como defendia Skinner (2005) quando o indivíduo é consciente das contingências que controlam seu comportamento mais facilmente ele poderá controlar a sua própria vida. Portanto, o terapeuta deverá, como diria Frazier, sacudir o mundo de outra maneira, ensinando a engenharia do comportamento. Assumindo a perspectiva analítico comportamental, as vantagens de se

trabalhar em grupo defendida por diferentes autores da abordagem e, ainda, os conceitos que norteiam a formação de crianças habilidosas socialmente, como melhor atender a uma criança ao expô-la a um grupo e quais técnicas utilizar ou não?

O presente estudo propõe discutir, levando em consideração os conceitos aqui mencionados, o valor terapêutico e, mesmo pedagógico, da modelação em um trabalho em grupo com crianças e quais técnicas devem ser acrescentadas à técnica da modelação do comportamento para formar crianças mais assertivas.

Trabalhando com Grupos

Aplicar nossa análise aos fenômenos do grupo é modo excelente de testar sua adequação, e se formos capazes de explicar o comportamento de pessoas em grupos sem usar nenhum termo novo ou sem pressupor nenhum novo processo ou princípio, teremos demonstrado uma promissora simplicidade nos dados. (SKINNER, 2003, p.326)

Em seu livro *Ciência e Comportamento Humano* (2003) Skinner afirma que: "O comportamento social pode ser definido como o comportamento de duas ou mais pessoas em relação a uma outra ou em conjunto em relação ao ambiente comum" (p.325). Considerando que as pessoas se comportam socialmente e que podem fazer parte de grupos distintos, o mesmo autor afirma que: "O comportamento social surge porque um organismo é importante para o outro como parte de seu ambiente" (p. 326). Ao se organizarem socialmente, os indivíduos costumam pertencer a pequenos grupos. E para Skinner, mesmo quando o indivíduo é parte de um grupo (família, nação, clã) não será o grupo que se comportará e sim o indivíduo. Portanto, mesmo que se proponha estudar grupos, o que se estudará serão comportamentos de indivíduos em seus respectivos grupos. E estudar o comportamento dos indivíduos em seus respectivos grupos, habilidades sociais, variáveis que controlam e mantêm o comportamento das pessoas quando se comportam em grupos e formas de se trabalhar adequadamente com grupos diversos tem se mostrado bastante relevante na psicologia e em outras ciências.

Por que trabalhar com grupos?

Por que muitos indivíduos se comportam juntos? Por que determinados organismos são importantes para outros e alteram seus ambientes? Por que tantas pessoas consideram que seus problemas são únicos e que outras pessoas jamais vivenciaram situações semelhantes? Observar pessoas se relacionando e trabalhar com estas relações com a finalidade de responder questões como estas e tantas outras pode servir como uma primeira justificativa para que se trabalhe com grupos e se avalie

os resultados deste trabalho para que se valide ou não a eficácia deste tipo de atuação.

Considerando questões como dificuldades em conviver com outras pessoas e a crença na unicidade de seu problema por parte de alguns indivíduos que buscam a terapia, fazer terapia em grupo seria uma ótima maneira de trabalhar o entendimento e a superação de tais dificuldades. Caballo (1996), ao discorrer sobre as vantagens de se trabalhar terapeuticamente em grupos, afirma que o ambiente terapêutico em grupo proporciona ao terapeuta oportunidades para ensinar ao cliente como se relacionar e interagir com as pessoas de formas diferentes e que este modelo terapêutico se constitui em um contexto seguro para que se possa praticar o aprendizado dessas novas formas de se relacionar e interagir com o ambiente.

Derdyk e Sztamfater (2008), assim como Caballo, também argumentam a favor de terapias em grupo, afirmando que:

Funcionam como um laboratório protegido, uma vez que situações do ambiente natural são reproduzidas, porém de uma forma gradual e controlada, facilitando a aquisição e treino de comportamentos que não seriam emitidos fora deles. (p. 253)

Embora, deva-se levar em consideração a economia de esforço e tempo proporcionados pela terapia em grupo, Kerbauy (2008)¹, juntando-se aos autores já mencionados, defende que não seria esta a principal razão que justificaria o trabalho terapêutico em grupo:

(...) sobrepondo-se a essas justificativas, existe uma procura de transformar a terapia numa situação mais próxima ao ambiente natural, facilitando a aprendizagem de comportamentos exigidos em situação de interação e uma busca de maior generalização do que foi aprendido. (p. 18)

¹ *Terapia comportamental de grupo*, este é o título do artigo que originalmente foi aceito para publicação na Revista de Psicologia e Psicoterapia, v. 2, 1980. Porém, a revista encerrou atividades sem que ocorresse a publicação. Na ocasião, a autora decidiu por não encaminhar o artigo para outra publicação. O artigo, sem nenhuma alteração, foi publicado tardiamente no livro *Terapia Analítico -Comportamental em Grupo*, 2008.

Como pode ser observado, diferentes autores usam argumentos muito semelhantes ao defenderem a terapia em grupo e afirmam que seria este método de trabalho muito eficiente por propiciar uma maior aproximação entre o ambiente terapêutico e o ambiente natural, por proporcionar condições mais seguras para o aprendizado de comportamentos socialmente reforçados, e, ainda, por, possivelmente, favorecer a generalização destes comportamentos. Em resumo, como afirmou Delitti (2008):

No grupo, as regras decorrentes da história de vida dos diferentes indivíduos podem ser evidenciadas, questionadas e utilizadas como modelos para novos repertórios. É uma excelente oportunidade para o indivíduo observar e refletir sobre sua própria habilidade social. Além disso, propicia condições de aprendizagem tanto através de uma participação ativa como através da observação. (...) Há uma ampla base para modelação social em grupos, e os membros do grupo podem facilitar a aquisição e a manutenção de comportamentos socialmente reforçados. (p. 36)

O trecho abaixo é um relato de uma pessoa que participava de sessões de grupo e foi extraído do livro *Mentes Inquietas* (2003).

Fazia um lindo pôr-do-sol lá fora, era final de tarde e cá estávamos nós, um grupo de pessoas que passavam pelos mesmos problemas e mais alguns outros diferentes. Reuníamos-nos todas as semanas e sentíamos-nos muito bem quando isso acontecia. Como era bom poder ouvir as pessoas relatarem problemas tão semelhantes aos nossos. Você se sente menos anormal, menos inadequado e, aos poucos, vai se livrando da incômoda sensação de ser diferente. Fazíamos terapia em grupo. (p. 124)

O autor do relato demonstra como podem ser satisfatórias as sessões de terapia em grupo. Mas, embora haja pessoas que reconheçam o valor terapêutico de uma sessão em grupo, ainda é um desafio para muitos psicólogos formar grupos terapêuticos, pois como argumentam Derdyk e Sztamfater (2008) "em geral, achamos que os nossos problemas são únicos e que existe pouca probabilidade de solucioná-los. Também, temos dificuldades de conviver bem com as pessoas ao nosso redor" (p. 253).

Além do desafio de conseguir construir um grupo, há também o fato de, como afirmam alguns estudiosos da área, haver poucos estudos que avaliem a eficácia e diferentes modelos de atuação do terapeuta analítico

comportamental em grupos, principalmente, quando nos referimos a grupos terapêuticos com crianças (Haber e Carmo, 2007).

Será que é pouco estudado devido ao fato de a abordagem defender que mesmo em grupos o que estudamos são indivíduos e, portanto, bastaria que o analista do comportamento dominasse bem os princípios do comportamento operante para que compreendesse o funcionamento de qualquer grupo? Não existiriam especificidades a serem estudadas pelos analistas do comportamento com relação ao comportamento dos indivíduos em grupos? Tais questões, embora, relevantes, ultrapassam o escopo do presente estudo não constituindo seu objeto. Foram mencionadas por merecerem constituir objeto de estudos futuros.

Como formar um grupo terapêutico?

Delitti (2008) propõe que o terapeuta antes de formar um grupo responda a algumas perguntas:

- a) Qual é o objetivo do grupo?
- b) Quantos clientes participarão do grupo?
- c) Quantos terapeutas?
- d) O grupo será homogêneo ou heterogêneo?
- e) O grupo será aberto/fechado?
- f) Local, duração, frequência e valor das sessões?

Responder a estas questões propiciará ao terapeuta um planejamento adequado e o controle de algumas variáveis que precisam ser adequadamente ponderadas. O planejamento diferirá de um grupo para o outro, a depender do público alvo. É importante ressaltar que o planejamento das sessões é fundamental, porém o terapeuta deverá ser muito flexível caso surja uma demanda diversa do que foi planejado para uma determinada sessão. Outro requisito importante, devido à proposta da abordagem de se fazer análises funcionais dos atendimentos, é construir

uma forma de registro das sessões. Estes registros poderão, inclusive, servir de material de estudo sobre a prática de terapia em grupo.

O trabalho terapêutico em grupo com crianças.

O terapeuta que se propõe a trabalhar com crianças deverá sempre incluir na terapia os pais, escola e demais profissionais que se relacionem com a criança (fonoaudiólogo, psiquiatra, etc). Isto porque, diferente do que é esperado de um adulto, o repertório verbal da criança foi pouco fortalecido, fazendo com que esta não saiba, muitas das vezes, descrever as contingências de seu ambiente. Assim sendo, uma das funções da terapia infantil é ensinar a criança a descrever tais contingências. Outra função importante é ensinar repertórios de habilidade social. Porém, deve-se ressaltar que o terapeuta de crianças precisa fazer uso de certas técnicas que permitam uma aproximação entre o cliente e seu terapeuta, ou seja, “falar” na linguagem usada por uma criança. Portanto, muitas vezes o terapeuta fará uso de fantasias, dramatizações, jogos e diversas brincadeiras para fazer com que a criança, em primeiro lugar, aceite e goste de ir à terapia. Regra (2008) afirma que:

A Terapia Comportamental Infantil é fundamentada nos mesmos pressupostos da Terapia Comportamental com Adultos, mas apresenta algumas especificidades. Dentre essas especificidades, se coloca a análise que a criança estabelece entre os personagens fictícios, retirados de suas fantasias (Nalin, 1993), além dos comportamentos observados nas sessões e dos relatos verbais sobre os eventos fora da sessão terapêutica. (p. 215)

Da afirmação de Regra pode-se compreender que fora ser atrativo para as crianças, as fantasias também propiciam ao terapeuta o acesso aos sentimentos, pois como afirma em outro texto a mesma autora:

(...) o interesse em trabalhar com o relato verbal de estórias fictícias (fantasia), onde a criança descreve os sentimentos dos personagens e as possíveis regras que governam seus comportamentos, se deve ao fato de que este instrumento – a fantasia – favorece a identificação de possíveis sentimentos da própria criança, através de inferências baseadas em seu relato verbal. (1993, p.51)

Entretanto, o terapeuta, ao fazer uso do fantasiar como um instrumento que permitirá o acesso ao ambiente da criança, necessariamente deverá fazer uma análise funcional do que foi relatado ou demonstrado pela criança ao fantasiar. Conte e Regra (2000, p. 128) afirmam que o fantasiar “conduz à descrição de eventos para a realização da análise funcional e sinaliza novas discriminações conduzindo a criança a (...) estabelecer novas relações condicionais.”

O terapeuta que trabalha com crianças precisa ser versátil e para que isto ocorra não poderá somente fazer uso do fantasiar, mas também de diferentes instrumentos (brinquedos variados, dramatizações, relato de histórias, dentre outros), pois variar durante a sessão permitirá ao terapeuta identificar reforçadores para a criança e propiciar a emissão de respostas verbais e não verbais que possam ser analisadas funcionalmente, assim como o fantasiar. Regra (2001) afirma que:

A interpretação de atividades múltiplas em uma só sessão favorece a ocorrência de comportamentos verbais e não-verbais relevantes para os objetivos terapêuticos, uma vez que cada tipo de tarefa propicia a emissão de determinados tipos de classes de respostas. (p.375)

Ao trabalhar em grupos com crianças, o terapeuta deverá fazer uso das mesmas regras destinadas à terapia individual, porém deverá estar muito atento aos reforços sociais que surgem espontaneamente no trabalho com grupos para evitar que comportamentos inadequados à proposta terapêutica surjam, como, por exemplo, desdenhar um colega do grupo que não conseguiu desempenhar uma tarefa proposta, que não consegue relatar acontecimentos, dentre outros. O cuidado do terapeuta com estas questões é imprescindível para evitar a correlação entre as conseqüências presentes no ambiente terapêutico e no ambiente natural às respostas inadequadas, já que o ambiente terapêutico deve ser o menos aversivo possível, buscando-se evitar a emergência de respostas de autoconceito como, “viu só, eu sou burro mesmo”. Estar atento aos reforços sociais emitidos pelo grupo também permitirá ao terapeuta reforçar conseqüências adequadas a respostas igualmente adequadas e a ter um maior controle do que é

positivamente reforçador para o grupo e que favorece os objetivos terapêuticos.

Ao formar um grupo de terapia infantil, o terapeuta, assim como o terapeuta que trabalha com grupos de adultos, também precisará responder às questões de planejamento do grupo enumeradas por Delitti (2008), com a finalidade de controlar algumas variáveis, além de registrar e analisar as sessões.

Alguns autores como Marinotti e Regra (2008), Oaklander (1978), afirmam que é preciso atentar para o tamanho do grupo, se terão ou não um co-terapeuta e duração do grupo. Com relação a ter um co-terapeuta ele, assim como no grupo de adultos, poderá favorecer muito o funcionamento do grupo se colocado como observador e por vezes como auxiliar do terapeuta. Oklander (1980) diz que:

Na minha prática tenho vivenciado grande variedade de situações grupais, e descoberto as minhas próprias preferências. Gosto de trabalhar com outro terapeuta, e gosto de grupos bastante pequenos – de três a seis crianças – quando as crianças têm menos de 8 anos. Quando são mais velhas, gosto de grupos maiores – de seis a dez crianças. Geralmente os encontros de grupos duram 90 minutos, embora às vezes este tempo não pareça suficiente. (p. 315)

Modelação e Processos Vicários

A modelação e os processos vicários vêm sendo objetos de estudo de alguns autores. As pesquisas nesta área pretendem avaliar o quanto tais relações comportamentais podem favorecer a aquisição de novos comportamentos e se favorecem a modificação de padrões comportamentais já existentes na história de cada indivíduo. Um dos autores mais citados em estudos sobre modelação e processos vicários é Albert Bandura. Este propõe a teoria da aprendizagem por observação, em que defende o aprendizado por meio da observação do comportamento do outro. Segundo o mesmo autor, a observação do comportamento do outro poderia favorecer a aquisição de respostas complexas sem que o sujeito precisasse passar por todas as contingências de modelagem que instalaram determinada resposta no repertório do outro. Algumas respostas de "medo", "ansiedade", dentre outras respostas emocionais, poderiam ser extintas vicariamente mediante a observação da aproximação entre o modelo e o estímulo temido e da não consequenciação aversiva destinada ao modelo. Poder-se-iam inibir algumas respostas indesejadas apresentando a um observador o modelo ao receber uma punição por emitir tal resposta. E vários outros procedimentos de modelação poderiam ser aplicados para que se modifique um comportamento. Bandura (1979) ao argumentar sobre os procedimentos de modelação afirma que:

(...) são, portanto, altamente apropriados à obtenção de diversos resultados, incluindo eliminação de deficiências comportamentais, redução de medos excessivos e inibições, transmissão de sistemas auto-reguladores e facilitação social de padrões de comportamento em escala grupal. (p.69)

Bandura (1979) afirma que é preciso esclarecer os três distintos tipos de modificação do comportamento resultantes da exposição a um estímulo modelador. Segundo o autor os três efeitos que a exposição a estímulos modeladores podem gerar são:

Primeiramente, um observador pode adquirir novos padrões de respostas que não existiam previamente em seu repertório comportamental. (...) Em segundo lugar, a observação de ações modeladas e suas conseqüências para o modelo pode fortalecer ou enfraquecer respostas inibitórias nos observadores. (...) Em terceiro lugar, o comportamento de outras pessoas serve como estímulo

discriminativo para o observador, facilitando a ocorrência de respostas previamente aprendidas da mesma classe geral. (p. 70)

Com relação ao primeiro tipo de modificação do comportamento resultante da exposição a um estímulo modelador, é preciso avaliar se o modelo emitiu respostas não antes aprendidas pelo observador e se este as reproduziu posteriormente de maneira semelhante ou idêntica à resposta emitida pelo modelo. Deverão ser consideradas respostas novas para o repertório do observador aquelas com baixa ou nula probabilidade de emissão por parte do mesmo.

Para o segundo tipo de modificação do comportamento resultante da exposição a um estímulo modelador, é necessário avaliar se houve aumento da emissão de respostas anteriormente inibidas ou desinibidas após a exposição do sujeito observador a um modelo que recebeu conseqüências positivas, e se houve diminuição após a observação de um modelo que não recebeu conseqüências positivas.

Por último, para o terceiro tipo de modificação do comportamento resultante da exposição a um estímulo modelador, é preciso que o experimentador compreenda a distinção que há entre ser o modelo um facilitador para a emissão de uma determinada resposta e ser o modelo modelador ou desinibidor de uma determinada resposta como mencionados anteriormente, pois quando o modelo serve como facilitador para a emissão de uma determinada resposta nenhuma resposta nova é aprendida pelo observador. Nesse caso não podem ser incluídos os processos desinibitórios porque as respostas em questão são socialmente sancionadas, e, portanto, muito raramente ou nunca foram punidas.

Em resumo, Bandura define a modelação como sendo:

(...) o processo de aquisição de comportamento a partir de modelos, seja este programado ou incidental. Também se nomeia como modelação a técnica de modificação de comportamento com uso de modelos. (BANDURA, *apud* BANDURA, AZZI, POLYDORO, 2008, p. 124)

A modelação, como pode ser compreendida pela citação, é conceituada por Bandura como um princípio de modificação do

comportamento diferente do que é o conceito de imitação para Skinner. Skinner não compreende a imitação como um princípio comportamental que possibilitaria a aquisição de novos comportamentos, pois para o autor novos comportamentos são explicados mediante os princípios do comportamento operante e da aproximação sucessiva. Segundo Skinner (2003) a imitação ² “se desenvolve na história do indivíduo como resultado de reforços discriminativos que exibem a mesma contingência tríplice já nossa conhecida” (p.132). Para a abordagem skinneriana a modelação ocorre por reforçamento diferencial, ou seja, quando há reforço positivo destinado a respostas imitativas e não há recompensas ou são punidas respostas divergentes das respostas imitativas. O resultado disso é que as respostas de outras pessoas passam a funcionar como estímulo discriminativo para reforçamento e, portanto, tenderão a ser imitadas.

Outra distinção que pode ser feita entre o conceito de modelação para Bandura e Skinner é que para o primeiro não há a necessidade de que o sujeito desempenhe o comportamento imitativo no momento exato em que a resposta a ser imitada foi observada, e também não precisa haver reforço contingente destinado pelo modelo à resposta imitativa emitida. Já para Skinner o reforço deveria ser contingente à emissão da resposta de imitação e a resposta imitativa deve ter sido emitida em seguida à resposta do modelo. Segundo Costa (2008) para Bandura “a aprendizagem imitativa pode ocorrer sem que o sujeito desempenhe o comportamento do modelo enquanto observa e sem reforçamento explícito do modelo e do observador” (p. 127).

Embora Bandura e Skinner difiram ao conceituarem modelação, é importante ressaltar que ambos os autores são adeptos de uma teoria comportamental e não desenvolvimentista, de forma que o aprendizado para ambos os autores se dá pelo contato com o ambiente e depende de uma estimulação adequada e não se dá por meio de processos internos inferidos e espontâneos, requisitos ou determinantes do comportamento,

² Skinner não usa em sua obra o termo modelação e sim imitação. O presente estudo, portanto, faz a distinção entre o conceito de imitação de Skinner e o conceito de modelação de Bandura.

tais como faculdades ou atividades cognitivas. Portanto, para ambos os autores deve ser feita uma análise do ambiente, sendo que para Skinner deve ser analisado qual foi o estímulo antecedente e o conseqüente para uma determinada resposta de imitar, e para Bandura qual foi o modelo "real ou simbólico". Para o autor o modelo pode ser simbólico, ou seja, o imitador pode seguir um modelo não dirigido especificamente a ele.

Bandura, Ross e Ross (1961) realizaram o experimento do "João Bobo" com o intuito de avaliar a generalização da imitação de respostas agressivas sem que precisasse estar presente o modelo. O experimento foi composto por um grupo de 72 crianças, metade meninos, metade meninas, com idades entre 3 anos e 5 anos e 9 meses. Os participantes foram expostos a modelos adultos de ambos os sexos. Os sujeitos experimentais foram divididos em oito grupos com seis participantes cada e um grupo controle com 24 participantes. Dentre os sujeitos experimentais metade foi exposta a um modelo que emitia respostas agressivas com relação ao boneco "João Bobo" e a outra metade foi exposta ao modelo de um adulto que não batia no boneco "João Bobo". Nestes grupos, metade dos sujeitos experimentais era exposta a modelos do mesmo sexo e metade era exposta a modelos do sexo oposto. O grupo controle não foi exposto a nenhum modelo e somente foi testado na situação de generalização.

Quando em condição experimental, a criança era conduzida por uma pessoa do sexo feminino a uma sala experimental, onde já estava o modelo adulto, e recebia um convite emitido pela experimentadora para se aproximar e brincar. O adulto, que serviria de modelo, continuava no canto onde estava, e a criança era conduzida pela experimentadora ao lado oposto da sala organizado para ser área de brincadeira da criança. Quando a criança já estava sentada junto aos brinquedos, a experimentadora dava demonstrações à criança de como ela poderia utilizar os materiais de que dispunha na mesinha que estava à sua frente. Após dar as orientações à criança, a experimentadora dirigia-se ao modelo adulto que estava no outro canto da sala, onde também havia uma mesinha, cadeira, material de pintura e um "João Bobo" inflável. A experimentadora dava ao modelo as mesmas instruções que havia dado à criança e se retirava da sala. Quando

a condição experimental era de agressividade o modelo começava a pintar, mas após mais ou menos um minuto, parava o que estava fazendo e começava a espancar o boneco "João Bobo" na cabeça, no nariz, e juntamente com suas respostas agressivas emitia relatos verbais tais como: "Vou quebrar o seu nariz" (relato verbal agressivo) ou "Ele não pode levantar mais." (relato verbal não agressivo). Na condição experimental em que o modelo não deveria ser agressivo, este seguia as instruções da experimentadora.

Sendo assim, as crianças recebiam em condição experimental instruções de atividade que poderiam seguir e, ao mesmo tempo, poderiam observar o comportamento do modelo que estava na mesma sala, porém para o comportamento de observar o modelo do adulto não eram dadas instruções específicas como: "Observe o que o adulto faz." Passados 10 minutos dessa condição, a experimentadora voltava à sala e convidava a criança a ir brincar em uma outra sala e dispensava a presença do modelo. A criança era, então, conduzida a outra sala experimental onde havia brinquedos atraentes. Passados aproximadamente dois minutos, em que a criança permanecia brincando com os brinquedos da nova sala, a experimentadora pedia à criança que escolhesse um dos brinquedos porque ela precisaria dos demais para que outras crianças brincassem ou que passasse para a sala anexa onde não teria restrições quanto ao uso dos brinquedos nela dispostos. Neste instante, a experimentadora permanecia junto à criança. Na sala anexa, havia brinquedos que poderiam "eliciar"³ comportamento de agressão imitativa e não imitativa, e outros brinquedos que costumam "eliciar" predominantemente respostas não agressivas. Dentre os brinquedos que possivelmente "eliciariam" respostas agressivas estavam: o "João Bobo", dardos, quadro de tiro ao alvo, revólveres e saco de pancada. E dentre os brinquedos que possivelmente "eliciariam" respostas não agressivas estavam: lápis de cera e papel, bola, bonecas, bichinhos de plástico, dentre outros. Os brinquedos eram sempre dispostos da mesma maneira nas salas anexas experimentais para que não houvesse

³ Na obra de Bandura é usado o termo "eliciar" e não "emitir", diferente do que ocorre na obra de Skinner, em que o termo eliciar somente é utilizado para respostas reflexas.

uma influência da disposição sobre a escolha do brinquedo. Os participantes ficavam na sala de teste por 20 minutos, e eram observados através de um espelho unilateral. Esta sessão de 20 minutos foi dividida em intervalos de 5 segundos por meio de um controlador de tempo automático, que permitia identificar 240 unidades de tempo de respostas de cada sujeito.

As sessões experimentais das 72 crianças foram registradas pelo modelo adulto masculino, e metade dos sujeitos foram também observados por um observador independente, para garantir a fidedignidade da medida e a concordância entre os registros dos observadores. Foram categorizadas três medidas de imitação: imitação da agressividade verbal, imitação da agressividade física e imitação das respostas verbais não agressivas.

Foi obtido como resultado que as crianças que foram expostas a modelos agressivos apresentaram uma maior probabilidade de emitirem respostas agressivas, diferindo significativamente das respostas apresentadas por crianças que foram expostas a modelos não agressivos. Constatou-se que a imitação social poderia acelerar a aquisição de novas respostas sem que os participantes precisassem passar por uma aprendizagem instrumental, como foi sugerido por Skinner, e que a aprendizagem por imitação pode ocorrer sem que o participante emita a resposta imitativa enquanto observa e sem reforçamento explícito emitido pelo modelo e pelo observador.

Ozella (1979) em sua pesquisa teve como primeira proposta avaliar se as proposições de Bandura e seus seguidores no estudo do "João Bobo" se aplicavam também a brasileiros, ou seja, se em sociedade com características diversas daquela em que o estudo foi realizado originalmente, os mesmos resultados seriam observados quanto ao papel da modelação na aquisição de respostas. Entretanto, o estudo de Ozella aponta que os estudos de Bandura não levam em consideração aspectos relacionados ao processo de socialização do indivíduo, como as relações familiares e escolares, que influenciariam na escolha de um modelo agressivo. Portanto, o estudo de Ozella também teve como proposta avaliar os aspectos do processo de socialização que influenciariam na escolha de

um modelo agressivo. Para tanto, Ozella propõe um método em que ocorreu a observação e a intervenção com crianças em ambiente familiar e escolar, mas também foram feitas entrevistas com os pais com o objetivo de cruzar os dados e avaliar a possível influência sobre o comportamento da criança do processo de socialização escolar e da educação praticada pelos pais no ambiente familiar.

O estudo de Ozella (1979) obteve como resultados que há uma influência do modelo agressivo sobre o comportamento das crianças, concluindo ser relevante a teoria da aprendizagem social. O estudo também concluiu que a representatividade social dos pais exerce um papel importante sobre o comportamento dos filhos ou, ainda, que há uma relação entre os comportamentos agressivos apresentados por uma criança e a educação recebida de seus pais.

Estudos como o de Ozella e os de Bandura, assim como o de outros autores que se propuseram a pesquisar o tema modelação, podem ajudar a compreender o fenômeno e suas aplicações em diferentes áreas de atuação do psicólogo e de outros profissionais. No presente estudo, a proposta é discutir a modelação e os processos vicários como possibilidade de apoio à intervenção na terapia comportamental em grupo.

Modelação e sua Relação com o Trabalho Terapêutico em Grupos.

Obtém-se algum progresso na explicação da participação em grupo pela análise da imitação. Em geral, comportar-se como os outros se comportam tem grande probabilidade de ser reforçado. Parar para olhar em uma vitrina de loja que já atraiu uma multidão tem maior probabilidade de ser reforçado do que parar para olhar em vitrinas que não atraíram ninguém. Usar palavras que já foram usadas por outros, em lugar de termos estranhos, tem maior probabilidade de ser reforçado positivamente ou não ter conseqüências aversivas. Milhares de situações deste tipo geram e sustentam uma enorme tendência para se comportar como os outros se comportam. (SKINNER, 2003, p. 341)

Considerando a colocação de Skinner (2003) sobre o comportamento imitativo e sua relação com grupos, a definição de Bandura (1979) sobre modelação e processos vicários, a conceituação do processo terapêutico em grupo apresentado no primeiro capítulo do presente estudo, discutir-se-á nesse capítulo as relações que podem ser feitas entre a definição de modelação e processos vicários e o trabalho terapêutico em grupos com crianças.

Compreender a colocação de Skinner (2003) sobre a importância da imitação para o comportamento de grupo é fundamental para entender os motivos pelos quais alguns terapeutas vêm propondo o trabalho terapêutico em grupos, assim como para entender a relevância da discussão proposta pelo presente estudo. Afinal, como afirmou Delitti (2008):

Na terapia em grupo a modelação ou aprendizagem por observação é um dos instrumentos de maior importância. O terapeuta é um modelo para comportamentos no grupo e estes também são modelos uns para os outros. (p. 50)

O terapeuta que trabalha com grupos, portanto, deverá administrar os modelos que ele e seus clientes emitirão nas sessões e usá-los a favor da modelagem comportamental que a terapia visa proporcionar a seus clientes. Em outras palavras, poderíamos defender que o terapeuta faz uma modelagem por meio da modelação. O presente estudo compartilha da argumentação skinneriana de que a modelação é um comportamento

operante e, como tal, pode ser descrita e explicada por meio da tríplice contingência. Sendo assim ela não é um princípio de modificação do comportamento, mas sim resultante de um processo de modelagem que ensinou o indivíduo a seguir modelos.

Bandura (1969), em seus estudos sobre modelação, traz contribuições significativas para a compreensão da modelação ocorrida em grupos quando define os três efeitos que a modelação pode ter sobre o cliente: por meio da modelação o terapeuta pode ensinar outros padrões de comportamento, pode inibir ou desinibir respostas do repertório do cliente e facilitar a emissão de determinadas respostas já instaladas no repertório do cliente, mas que são emitidas com baixa frequência.

O terapeuta, tendo conhecimento da importância da modelação e dos efeitos que ela pode gerar no comportamento do cliente, deverá planejar o uso de modelos condizentes e adequados à estratégia que está sendo usada para que se obtenham mudanças comportamentais na direção desejada.

Um exemplo de situação vivida recentemente ilustra tal possibilidade: a terapeuta, (de uma cliente bastante agressiva e com dificuldades de estabelecer diálogos com pessoas estranhas, mesmo que seja desejar boa tarde) ao notar que a cliente está observando a sua chegada à clínica, cumprimenta enfaticamente o porteiro que está parado em frente à cliente. O ocorrido foi mencionado pela cliente na sessão. Terapeuta e cliente discutem sobre possíveis maneiras de tratamentos que possam ser direcionados às pessoas que estão a nossa volta ("respeito", "cumprimento", "carinhos") mesmo que seja esta pessoa um porteiro. Duas semanas depois, a terapeuta ao chegar à clínica, observa a cliente, antes arredia, cumprimentando o porteiro⁴. O exemplo pode demonstrar um possível efeito da modelação sobre um cliente. Note que no exemplo não há apenas terapeuta e cliente e que o modelo não foi emitido no setting terapêutico, mas, embora o exemplo tenha estas características, nas sessões em grupos a modelação poderá dar-se da mesma forma.

⁴ O exemplo ocorreu com a autora do presente estudo em um de seus atendimentos na clínica escola da PUC-SP.

Em atendimentos com crianças a modelação também poderá ser utilizada. Consideremos o primeiro dos efeitos da modelação sobre o comportamento do outro definido por Bandura (1969): ensinar uma nova resposta sem que o indivíduo precise passar por todas as contingências que instalaram a resposta programada. No caso de crianças, que possuem, pelo menos teoricamente, em função do tempo de vida, um histórico de reforçamento mais restrito que o de um adulto, ou seja, têm mais respostas a aprender, a modelação pode representar parte importante da terapia. O terapeuta pode constituir-se num modelo. Ao fornecer modelos adequados de respostas, a criança, sem precisar passar por todo o processo de modelagem que instalou determinada resposta no repertório do terapeuta, pode vir a aprender uma nova resposta por meio da imitação. Porém, quando trabalhamos com grupos, devemos levar em consideração que as outras crianças também darão modelo umas às outras.

Numa situação com um grupo de crianças, o planejamento poderá considerar o grupo na estratégia de utilização da modelação para propiciar aprendizagens. Consideremos o exemplo em que uma criança que é atendida em grupo chega à sessão e emite a seguinte resposta: “Eu não vou fazer”. Esta resposta da criança o terapeuta conseqüência com: “Tudo bem”, e imediatamente inicia a atividade proposta para a sessão com as demais crianças e elogia as outras crianças por participarem e cooperarem para o desempenho da atividade. Após ter dado a oportunidade à criança de observar que sua resposta poderia ter sido outra e que para esta outra resposta a conseqüência seria, possivelmente, mais satisfatória, o terapeuta convida a criança a participar da atividade juntamente com as demais crianças que compõem o grupo.

O exemplo hipotético descrito acima ilustra uma possibilidade de uso da modelação na terapia em grupo com crianças. Observando o exemplo é possível identificar dois tipos de efeitos da aprendizagem por observação, se considerarmos a teoria de Bandura (1969): um primeiro, em que por meio de reforçamento diferencial ocorre a desinibição de uma dada resposta; o terapeuta deixa a criança em extinção e reforça o comportamento dos demais participantes do grupo, permitindo que a criança observe o

comportamento dele e das outras crianças para, em seguida, ter a oportunidade de aceitar participar da atividade que está ocorrendo na sessão; um segundo momento, possivelmente, se daria quando a criança, em sessão posterior, chegar para a sessão e emitir respostas que denunciavam seu envolvimento e vontade de participar das atividades propostas para determinada sessão. Ao invés de dizer: "Eu não vou fazer", diz: "Eu quero, eu quero fazer" ou "do que vamos brincar hoje", como haviam dito as outras crianças. Nesse segundo caso, a criança teria aprendido outra possibilidade de resposta para um mesmo estímulo, o que possibilitaria inferir que, possivelmente, a criança aprendeu por meio da modelação.

Muitos outros exemplos envolvendo modelação, como o citado acima, poderiam ser criados e facilmente identificados nos trabalhos com crianças em grupos nas escolas, terapias, jogos competitivos e tantos outros lugares em que estas se comportam em grupos. Estudos, embora não foquem a relação terapêutica, como o de Ozella (1979), demonstram que as crianças seguirão os modelos parentais e das demais pessoas que integram sua rede social.

Caballo (2008) afirma que três condições são necessárias para que ocorra o aprendizado por observação:

1 - A atenção é necessária para a aprendizagem. Visto que na modelação se aprende religiosamente através da observação e da escuta, quem vai atuar tem que saber a que comportamentos deve prestar atenção e recortá-los. Às vezes, ajuda ter uma discussão em grupo sobre o que fez o modelo que deu como resultado uma resposta especialmente habilidosa, ou fazer com que o terapeuta assinale algumas destas respostas.

2 - A observação tem mais influência quando o observador considera o comportamento do modelo desejável ou com conseqüências positivas. O paciente recordará melhor as respostas se tiver uma oportunidade para praticar o comportamento do modelo.

3 - É importante que o paciente não interprete o comportamento modelado como a maneira "correta" de comportar-se, mas sim como uma forma de abordar uma determinada situação. (p. 382 e 384)

A modelação comportamental na terapia em grupos pode ser trabalhada de três maneiras segundo Delitti (2008):

A modelação e o ensaio de comportamento: (...) Ensaio comportamental é a simulação de situações reais da vida do indivíduo, situações nas quais ele apresenta algum grau de dificuldade, e pode ser utilizado para avaliação e para intervenção.

A modelação e o ensaio de comportamento como estratégia de avaliação: Quando o indivíduo representa uma situação que tenha ocorrido em sua vida pode se observar seu comportamento verbal e não-verbal, a topografia dos mesmos, tom de voz, gestos, entonação e postura. Esta observação costuma fornecer dados importantes para a análise das contingências.

Modelação e o ensaio de comportamento como estratégia de intervenção: são inúmeros os comportamentos que podem ser instalados e alterados, desde comportamento de observar a si e aos outros, analisar e descrever contingências, habilidades sociais, empatia, comunicação, auto-revelação, enfrentamento etc. (p. 54)

Delitti (2008) afirma que o primeiro modelo emitido pelo terapeuta a seus clientes é o de como reforçar socialmente e que no decorrer da terapia serão inúmeros os modelos que o terapeuta e seus clientes darão aos integrantes do grupo.

Tendo ciência da importância da modelação para o trabalho terapêutico e das afirmações de Caballo (2008) e Delitti (2008), quais técnicas terapêuticas poderiam ser usadas pelo terapeuta no trabalho com crianças?

Qualquer uma das técnicas propostas por Oaklander (1980), como o uso de fantasia na sessão, dramatização, histórias, dentre outras, e por Del Prette e Del Prette (2007), vivendo o papel do outro, dentre outras, poderão ser utilizadas fazendo uso de modelação. Afinal o tempo todo os comportamentos do terapeuta e dos clientes poderão estar servindo de modelo para os comportamentos de qualquer um dos integrantes do grupo. Um bom exemplo de técnica em que a modelação pode ser empregada no trabalho com grupos é o *role playing*. A dramatização de uma situação problema trazida por um dos integrantes do grupo propicia e emissão de respostas variadas para uma mesma estimulação antecedente. Os participantes, após a dramatização, poderão discutir as diferentes conseqüências que surgiram e suas respectivas respostas, com o intuito de concordarem sobre qual seria a resposta mais adequada para aquela situação especificamente.

Como argumentaram Caballo (1996), Oaklander (1980), Derdyk e Sztemfater (2008) e Kerbauy (2008), trabalhar terapêuticamente em grupos é uma maneira de simular um ambiente mais semelhante ao ambiente natural, facilitando a aquisição de comportamentos exigidos em momentos de interação social e uma possível generalização do que foi aprendido com o grupo. Generalização que possivelmente ocorrerá por ser o trabalho em grupo um modelo de interação social, como afirmou Delitti (2008). Sendo assim, a terapia em grupo constrói um ambiente protegido em que os participantes poderão experienciar mutuamente maneiras adequadas de se comportarem socialmente. Por estudos como os de Bandura, Ross e Ross (1961) e o de Ozella (1979) demonstrarem a importância do modelo na formação de crianças, a terapia com crianças deverá preocupar-se em expor a criança a modelos adequados de comportamento. O conceito de competência social, tal como o definem estudiosos das habilidades sociais como Del Prette e Del Prette (2006), caracteriza os indivíduos como seres que deverão ser capazes de avaliar seus objetivos e procurar maneiras mais adaptativas de atingi-los, sem deixar de considerar os objetivos do grupo em que estão inseridos. A terapia comportamental em grupos com crianças poderá ser um ótimo instrumento para a manipulação de variáveis que favoreçam o aprendizado de comportamentos sociais adequados e promovam a competência social. O ensino de respostas adequadas às crianças que participem de um grupo, sem dúvida poderá dar-se por meio de modelação, evitando com o emprego de tal procedimento que a criança precise passar por todas as contingências que instalaram as respostas desejadas no repertório de um adulto.

Embora, como afirmou Skinner (2003), ao analisarmos o comportamento das pessoas em grupos por meio da imitação nós obtenhamos algum progresso na compreensão das contingências em jogo e a despeito dos demais argumentos de diferentes autores apresentados no presente estudo serem favoráveis à terapia em grupo. a terapia em grupos, que seria uma ótima oportunidade para se trabalhar as relações interpessoais, ainda é pouco aceita pelos indivíduos que se propõem iniciar

acompanhamento terapêutico. E, principalmente, quando nos referimos à terapia em grupo com crianças. Talvez, uma das razões que dificulte a formação de grupos infantis seja o fato de alguns autores argumentarem que os terapeutas deveriam priorizar a formação de grupos homogêneos. Regra e Marinotti (2008), embora não considerem impossível - em alguns casos é até mesmo necessário - a formação de grupos heterogêneos, argumentam que, em geral, devido à demanda terapêutica ser muito específica, como dificuldades de aprendizado, o melhor seria colocar juntas crianças com repertórios semelhantes, com a finalidade de evitar competições e afirmações de auto-regras já instaladas como "eu sou burro mesmo".

Mesmo podendo se identificar nas poucas referências encontradas sobre o tema na abordagem comportamental que o trabalho em grupos, tanto com crianças como com adultos, apresenta resultados primorosos, a prática de terapia em grupos ainda é pouco utilizada, quando comparada à prática de setting terapêutico um a um, e ainda está por ser explorada por estudiosos brasileiros em suas pesquisas,, em especial no que diz respeito à terapia infantil.

Referências:

AZZI, Roberta. et al. *Teoria Social Cognitiva – Conceitos Básicos*, Porto Alegre – RS. Artmed Editora S.A. (2008) .

BANDURA, Albert; ROSS, Dorothea. e ROSS, Sheila. A. *Transmission of Aggression Through Imitation of Aggressive Models*. Journal of Abnormal and Social Psychology (1961).

BANDURA, Albert. *Modificação do Comportamento*, Rio de Janeiro - RJ. Editora Interamericana Ltda. (1979).

CABALLO, Vicent, B. *Manual de Técnicas de Modificação do Comportamento*. São Paulo - SP. Santos Editora (1996).

CONTE, Fátima, C. S. e REGRA, Jaide. A. G. *Psicoterapia Comportamental Infantil: novos aspectos*. In: E. F. M. Silveiras (org), Estudos de caso em Psicologia Clínica Comportamental Infantil, v. I. Campinas – SP, Papirus, PP: 79 – 136 (2000)

DEL PRETTE, Zilda, A, P. e DEL PRETTE, Almir. *Psicologia das Habilidades Sociais na Infância*. Petrópolis RJ. Editora Vozes (2006).

DEL PRETTE, Zilda, A, P. e DEL PRETTE, Almir. *Psicologia das Relações Interpessoais – Vivências para o Trabalho em Grupos*. Petrópolis - RJ. Editora Vozes (2007).

DELITTI, Maly; DERDYK, Priscila. e colaboradores. *Terapia Analítico-Comportamental em Grupo*. São Paulo - SP. ESETec (2008).

HABER, Gabriella, M. e CARMO, João, S. *O Fantasiar como Recurso na Clínica Comportamental Infantil*. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, São Paulo – SP, Vol, IX, nº 1, 45 -61 (2007).

NALIN – REGRA, Jaide A. G. *Ouso da Fantasia como Instrumento na Psicoterapia Infantil*, Temas em Psicologia, n, 2, PP. 47 – 56 (1993).

OAKLANDER, Violet. *Descobrendo Crianças – a abordagem gestáltica com crianças e adolescentes*. (G. Schesinger, Trad.) São Paulo - SP. Summus editorial (1980).

OZELLA, Sergio. *A representação social dos pais sobre a vida familiar e o comportamento agressivo dos filhos: um estudo exploratório*, Orientador: Silvia Tatiana Maurer Lane. Pesquisa em Psicologia Social PUC – SP (1979).

REGRA, Jaide, A. G. *A Integração de Atividades Múltiplas Durante o Atendimento Infantil, numa Análise Funcional do Comportamento* In: M. Delitti (org), *Sobre Comportamento e Cognição: A Prática da Análise do Comportamento e da Terapia Cognitivo- comportamental*. Santo André, ESETec, PP. 373 – 385 (2001).

SKINNER, B, F. *Ciência e Comportamento Humano*. São Paulo - SP. Martins Fontes (2003).

SKINNER, B, F. *Questões Recentes na Análise Comportamental*. Campinas – SP. Papyrus Editora (2005)

SKINNER, B, F. *Walden II –Uma Sociedade do Futuro*. São Paulo - SP. E.P.U editora pedagógica e universitária Ltda. 11º Ed. (2004)